

ATA
23ª Reunião da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho - CTSST
13 de agosto de 2012

Local: Ministério da Previdência Social, Ed. Sede, 9º andar, sala 902 - Brasília/DF

Hora: 10h às 16h30

Participantes:

Governo

- Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira - MTE
- Domingos Lino - Fundacentro
- Carlos Augusto Vaz de Souza - MS
- Maria Christina Félix - Fundacentro
- Renata Alexandra de Carvalho Freitas - MPS
- Rinaldo Marinho Costa Lima - MTE
- Sônia Maria José Bombardi - Fundacentro

Empregadores

- Camila Soares Braga - CNA
- Clovis Veloso de Queiroz Neto - CNI
- Luís Sérgio Soares Mamari - CNC
- Valdir de Andrade Lemos - CNF

Trabalhadores

- Armando Henrique - FSindical
- Luís Antônio Festino - NCST
- Neila Tatiane Nogueira Duarte Costa - UGT
- Plínio José Pavão Carvalho - CUT

Convidados:

- Adrianny Lemos - NCST
- Marco Antonio Silveira - MCTI
- Ronaldo José de Lira - MPT
- Sérgio Antônio Martins Carneiro - MPOG

Secretaria Executiva: Joice Alves Cavalcante
- MPS

Ausências justificadas

- Nicolino Eugênio da Silva Júnior - CNF

Pauta:

1. Aprovação da pauta da 23ª Reunião Ordinária da CTSST
2. Aprovação da ata da 22ª Reunião Ordinária da CTSST
3. Desdobramentos das ações do PLANSAT - Alexandre Scarpelli/MTE
4. Apresentação sobre o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor/SIASS no contexto do PLANSAT - Sérgio Antônio Martins Carneiro/MPOG/SRH/DESAP
5. Apresentação do Subgrupo responsável pela inserção de conteúdos de saúde e segurança no trabalho no ensino básico - Sônia Bombardi/Fundacentro
6. Informes dos Grupos de Trabalho Setoriais:
 - Indústria da Construção Civil - Maria Christina Félix/Fundacentro
 - Transporte Rodoviário de Cargas - Carlos Vaz/MS
7. Revisão dos Grupos de Trabalho Setoriais da CTSST (apresentação das propostas das Bancadas) - Rinaldo Marinho/MTE
8. Informes sobre a Revisão da Lista de Doenças Ocupacionais - Cid Pimentel/MPS
9. Assuntos gerais

ATA

- 1 Cid Roberto Bertozzo Pimentel, coordenador da CTSST, abriu a palavra para aqueles que quisessem fazer
- 2 informes preliminares e Luís Antônio Festino - NCST falou da Lei n.º 12.619/2012, que regulamenta a
- 3 profissão de motorista, e sobre a recente paralisação feita por um pequeno grupo que ele acredita não
- 4 representar nem os autônomos da CNT nem a própria Confederação. Disse que a Confederação Nacional
- 5 dos Trabalhadores em Transporte Terrestres/CNTTT emitiu nota não concordando com a greve; apesar de
- 6 aceitarem que a greve é legítima, não concordam com seus motivos. O manifesto se baseou em um Projeto
- 7 de Lei de um Deputado Estadual do Rio Grande do Sul que propõe a redução do tempo de jornada de 11

8 para 8 horas, acaba com as paradas a cada 30 minutos, entre outras proposições. Festino disse que foi
9 constituída Comissão de negociação pelo Ministério dos Transportes/MT onde participam a Secretaria-Geral
10 da Presidência da República e a Secretaria de Relações do Trabalho/MTE. A CNTTT enviou ofício ao
11 Ministro dos Transportes indicando a participação da CTSST para a referida Comissão por entenderem que
12 quem legitimamente discutiu o tema foi o Grupo de Trabalho Setorial da CTSST que trata do Transporte
13 Rodoviário de Cargas, porém não foi acatado. Cid propôs como encaminhamento voltarem ao assunto no
14 período da tarde (item 6 da pauta) e pediu para a Coordenação GTS-TRC contatar as entidades envolvidas
15 na Comissão do MT. A Secretaria-Executiva, Joice Alves Cavalcante, cumprimentou em nome da Comissão
16 os convidados Marco Antonio Silveira, do Ministério da Ciência e Tecnologia/MCTI, e Ronaldo Lira, do
17 Ministério Público do Trabalho/MPT. Os **itens de pauta 1) e 2)** foram **APROVADOS** sem manifestações.
18 **Item 3)** Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira - MTE apresentou a atualização dos desdobramentos das ações
19 do PLANSAT: 1.2.1 e 6.1.4 - foram realizadas e programarão os desdobramentos a partir do diálogo com
20 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG; 1.3.4 - estão sendo feitos levantamentos dos
21 dados existentes no MTE sobre inserção de pessoas com deficiência e reabilitados a partir de ações fiscais;
22 2.1.1 - documento em análise no Departamento de Orientação e Coordenação de Órgãos
23 Jurídicos/CGU/AGU; 2.1.2 - proposta para que a legislação fique organizada por temas de interesse
24 (atribuição de “etiquetas” identificando os assuntos a cada um dos dispositivos legais); 3.1.6 - em fase de
25 levantamento e tratamento de dados para identificação de empresas para as ações-piloto; 4.4.1 - MTE está
26 em fase final de elaboração a partir de listas do IARC/OMS (próxima etapa será apresentação da lista aos
27 demais Ministérios para publicação de Portaria Interministerial); 6.1.1 - texto está em fase final de elaboração
28 para consulta pública; 7.1.2 e 7.3.2 - discussões em andamento pelo Subgrupo da CTSST coordenado pela
29 Fundacentro; 7.4.1 e 7.4.2 - proposta para que o subgrupo da CTSST coordenado pela Fundacentro
30 coordene estes trabalhos; 8.1.1 - aguardando propostas das bancadas para definição das prioridades; 8.3.2 -
31 MCTI tratará do assunto na 24ª reunião da CTSST (08/10). Sobre a ação 1.3.4, Cid citou o exemplo do
32 Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional - DPSSO/SPPS/MPS, em que atua como
33 Diretor, onde foram contratados estagiários de nível superior com algum tipo de deficiência, falou da
34 importância da inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho e sugeriu a mesma prática às entidades
35 participantes da CTSST. Sonia acrescentou que a Fundacentro tem diversas ações, cursos e materiais
36 adaptados de estudo sobre o assunto. Marco Antonio Silveira - MCTI informou que o Ministério da Ciência e
37 Tecnologia inaugurou recentemente, na Unidade de Pesquisa de Campinas/SP, o Centro Nacional de
38 Referência em Tecnologias Assistivas no âmbito do Programa Viver Sem Limites do Governo Federal, que é
39 uma iniciativa de vários Ministérios e o MCTI tem a função executiva, e sugeriu a inserção na pauta de
40 discussão das tecnologias assistivas, como exemplo, orientar pesquisas com função de prioridades
41 nacionais e estudos para definir os limites de atuação das pessoas portadoras de necessidades especiais.
42 Luís Antônio Festino - NCST voltou à questão da reabilitação e readaptação dos trabalhadores em
43 transporte, e disse que já tem uma discussão antiga na CTSST da perícia médica do INSS x perícia médica
44 do CONTRAN, onde afirma que estas muitas vezes divergem sobre a liberação ou não do trabalhador para
45 voltar a executar suas atividades. Ronaldo Lira - MPT pediu a palavra para falar sobre as ações promovidas
46 entre MPT e MTE inclusive com audiências públicas para discutir com as empresas envolvidas no segmento
47 a inserção e reinserção das pessoas com deficiência, e disse que uma das questões importantes é separar a
48 cota das pessoas portadoras de deficiência da cota do reabilitado, pois o que se percebe muitas vezes são
49 empresas inserindo deficientes que elas mesmas produziram (reabilitados) nas cotas de contratação;
50 também falou de outra dificuldade das empresas quanto à falta de capacitação das pessoas disponíveis para

51 o preenchimento das cotas de deficientes. Armando Henrique - FSindical perguntou se a Previdência Social
52 tem uma base de dados sobre os clientes reabilitados do INSS disponíveis para o retorno ao mercado de
53 trabalho para facilitar o atendimento a essa demanda. Cid respondeu que o MPS, INSS e Dataprev estão
54 trabalhando na interação dos dados disponíveis (como dados acidentários, profissionais, de registro). Plínio
55 propôs que a ação 2.1.1 seja discutida no âmbito tripartite após o levantamento preliminar que será feito pela
56 Advocacia-Geral de União; a proposta foi **APROVADA**. Cid solicitou às bancadas que indiquem um
57 representante de cada para coordenar o grupo que conduzirá a ação. As bancadas se comprometeram em
58 discutir o assunto internamente e informar os nomes posteriormente. Sobre a ação 2.1.2, Clovis disse que
59 considera importante que a proposta apresentada não se torne uma simples ferramenta de pesquisa virtual,
60 como as já existentes, e sugeriu uma proposta menos ambiciosa para esse primeiro momento, pois
61 considera que o mais importante é ter o acesso à informação. Em nome da Bancada de Empregadores,
62 solicitou que a Coordenação da CTSST eventualmente faça provocações para que eles atualizem a
63 Comissão das ações em segurança e saúde no trabalho que tem realizado, pois tem diversas ações sendo
64 realizadas e precisará solicitar o levantamento delas. Na ação 8.1.1, Alexandre sugeriu que o Comitê da
65 PNSST faça o levantamento das prioridades de estudos e pesquisas em SST para aprovação da CTSST.
66 Nesse sentido, Clovis sugeriu as prioridades serem baseadas nos dados estatísticos do governo. **Item 4)** Cid
67 citou a Estratégia 1.2 - Elaboração e Aprovação de Dispositivos Legais em SST para os Trabalhadores do
68 Serviço Público, nas Três Esferas de Governo - definida no PLANSAT, como introdução à palestra de Sérgio
69 Antônio Martins Carneiro - MPOG sobre o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor/SIASS.
70 Sérgio disse que o SIASS é um projeto que o Governo vem desenvolvendo há 4 anos e que visa a
71 institucionalização da Política de Atenção à Saúde e Segurança no Serviço Público; diferentemente da
72 maioria das políticas que são instituídas pelo Governo, primeiro se instituiu o SIASS (sistema que organiza
73 as ações de promoção de saúde e segurança no trabalho) para posteriormente instituir a Política. Antes, o
74 que existia no Governo Federal eram ações isoladas de cada Órgão, conforme seus conhecimentos na área
75 de SST. O Sistema é uma reivindicação antiga dos trabalhadores, pois é um amparo ao trabalhador público
76 para alguns direitos que são garantidos do setor privado e que muitas vezes não eram observados no setor
77 público. E para o Estado, o SIASS traz um nível de resposta institucional àquelas iniciativas que cobra das
78 instituições privadas. O Governo é o maior empregador do país com mais de 500 mil servidores ativos, com
79 uma diversidade enorme de profissões e condições de trabalho, espalhados por diferentes localidades, com
80 inúmeros Órgãos (alguns com estrutura e serviços instalados, outros sem), alguns com mais de 10 mil
81 funcionários, outros com 2, 3 ou 4. O grande desafio é instituir uma Política que consiga atender a realidades
82 tão diversas, pensar em políticas articuladas, sanar distorções que muitas vezes se encontravam no nível
83 central (como a diferença de acesso e de valores dos benefícios da saúde suplementar) e uniformizar
84 direitos e obrigações da Administração Pública Federal para com os seus trabalhadores, o que vem de um
85 processo de construção coletiva, uma adesão que os Órgãos estão fazendo voluntariamente ao SIASS
86 (Órgãos atendidos em 26 estados mais o Distrito Federal, perfazendo cerca de 63,3% de servidores
87 atendidos) e há a expectativa de edição de Decreto no final do ano que obrigará a entrada no Sistema
88 daqueles que não o fizeram voluntariamente. São ações integradas do SIASS: acompanhamento à saúde
89 (papel da assistência social nas unidades), perícia em saúde (avaliação multiprofissional da capacidade
90 laborativa) e promoção à saúde e vigilância (epidemiológica e intervenções em ambientes e processos de
91 trabalho). Compõem o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor (Decreto n.º 6.833/2009): Ministério
92 do Planejamento - Coordenador, Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério
93 da Fazenda, Ministério da Previdência Social, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego e

94 Ministério da Justiça. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República ingressará no Comitê e
95 existe o pleito do INSS para também compô-lo. Conceitos e diretrizes pactuados entre os Órgãos: perícia em
96 saúde, vigilância, exame médico periódico, diretrizes em saúde mental, diretrizes em saúde bucal, promoção
97 à saúde. Onde não é possível ser montada uma estrutura para o SIASS, é feito acordo de cooperação com
98 outros Órgãos para atendimento das demandas, principalmente de perícia. Cursos de especialização,
99 oficinas de formação e programas de capacitação para atualização dos profissionais do SIASS estão sendo
100 ofertas, mediante convênio, por universidades federais. Cid disse que no Regime Geral da Previdência se
101 observa um aumento brutal dos afastamentos por doença mental, e quis saber o que a Portaria MPOG nº
102 1.261/2009 trás de significativo sob o ponto de vista do Regime Próprio da Previdência. Sérgio disse que
103 essa é uma questão do mundo do trabalho e ganha importância em todos os foros que tratam de SST, tem a
104 ver a organização mundial do trabalho, de uma percepção de que as pessoas são quem devem se adequar
105 ao trabalho e não o inverso; o SIASS está dando visibilidade ao que é feito nos Órgãos Públicos Federais e
106 oferece um sistema de vagas para as pessoas que querem algum tipo de ação na área de saúde mental,
107 mas ainda não tem estatísticas sobre o impacto dessas ações no ambiente de trabalho; disse que a Portaria
108 trás uma série de diretrizes, ações e princípios norteadores tanto na área de promoção quanto na área de
109 perícia, reabilitação e assistência. Sobre os trabalhadores terceirizados, Cid perguntou qual a extensão de
110 cobertura do SIASS para eles. Sérgio respondeu que o Decreto proíbe a terceirização do trabalho do SIASS;
111 o Sistema ainda não abrange os funcionários terceirizados e o Decreto também proíbe o pagamento de
112 benefícios da saúde suplementar aos terceirizados; os únicos aspectos que tem conseguido envolver os
113 terceirizados são as ações de promoção e vigilância. Domingos Lino - Fundacentro disse que é importante
114 essa aproximação com o MPOG para também ser definido o papel daquela pasta nos desdobramentos do
115 PLANSAT. Carlos Augusto Vaz de Souza - MS concordou com Lino sobre a importância da participação do
116 MPOG no PLANSAT; sobre a ação 1.2.2 do Plano - Promover a discussão com os estados e municípios para
117 desenvolvimento de sistemas de atenção à saúde do servidor público - perguntou qual a articulação do
118 SIASS com o ator responsável pela saúde e segurança do servidor nos estados e municípios. Sérgio disse
119 que vários municípios querem aderir ao Sistema que se tornou um software público e está disponível na
120 internet. Após o intervalo para o almoço, Carlos conduziu a volta dos trabalhos e concedeu a palavra a Sonia
121 Maria José Bombardi - Fundacentro apresentar o **item 5)**. Sonia disse que o Subgrupo responsável pela
122 inserção de conteúdos de saúde e segurança no trabalho no ensino básico se reuniu novamente em
123 02/08/12, em São Paulo/SP, conforme recomendação da Coordenação da CTSST, para voltarem às
124 discussões sobre os temas sugeridos. Participaram da reunião: Cláudia Rejane de Lima/CUT, Plínio
125 Pavão/CUT, Luís de Bittencourt/FSindical, Renata Freitas/MPS, Sonia e outros dois participantes da área de
126 educação da Fundacentro/SP; Soraya Wingester/MS participou via *Skype* e não foi possível a participação
127 de representantes dos Empregadores. Itens acordados pelo Subgrupo: a) ampliar a composição do grupo,
128 incluindo representantes dos trabalhadores do setor de educação e representante do MEC, já na próxima
129 reunião; b) realizar oficina nos dias 23 e 24 de outubro, com a participação do conjunto de atores envolvidos
130 em Brasília, para discussão do tema e harmonização de princípios e conceitos; c) esclarecer que não
131 estamos discutindo a “Educação para o Trabalho”; d) esclarecer que em conformidade com o princípio de
132 universalidade da PNSST, os temas e estratégias pedagógicas serão adequados à realidade do mundo do
133 trabalho, buscando dialogar/abranger o conjunto de trabalhadores que está no espaço da educação (formais,
134 informais, público, privado, rural e urbano); e) Esclarecer que a discussão dos conteúdos tem como um dos
135 eixos estruturantes os princípios do “Trabalho Decente”, conforme preconizado pela OIT; f) promover a
136 inserção dos conteúdos de SST, com base nos princípios da transversalidade e da multidisciplinaridade; g) a

continuidade das discussões terá como subsídio todo o conteúdo acumulado com os debates realizados pelo grupo, em respeito às pessoas que contribuíram com suas ideias e sugestões até o momento; h) esclarecer que o grupo de trabalho acompanhará todo o processo de implementação da inserção de conteúdos de SST no ensino básico. Plínio acrescentou que o Subgrupo concordou em convidar o Ministério da Educação e profissionais do setor para participarem das discussões sobre os temas nesse primeiro momento. Clovis disse que a Bancada de Empregadores reconhece a disponibilidade e o esforço da coordenadora do Subgrupo em consolidá-lo com representação de todas as Bancadas e disse que irá reforçar na representação empresarial a importância da participação nas discussões. Lino sugeriu ao Subgrupo aproveitarem a Oficina para também discutir os temas a serem inseridos nos outros níveis de educação (Estratégia 7.2 do PLANSAT); a sugestão foi **APROVADA** pela Comissão e Sonia acrescentou que já existe uma demanda grande para a inserção de conteúdos de SST em áreas específicas de educação superior, como de faculdades de química. Marco Silveira sugeriu ao Subgrupo tentar a inserção dos conteúdos por meio dos temas transversais que já são trabalhados no ensino básico, pois considera uma forma menos complexa para ação. Carlos reafirmou que houve contato com MEC sobre o assunto, por meio do Comitê Interinstitucional coordenado pelo Tribunal Superior do Trabalho, e aquele Ministério se prontificou em auxiliar no que couber durante o processo. A realização da oficina de outubro proposta pelo Subgrupo foi **APROVADA** e os temas para o ensino básico serão fechados no evento. Sonia quis saber se o mesmo Subgrupo trabalhará também na inserção dos conteúdos nos outros níveis de ensino, o que também foi **APROVADO** pela CTSST. **Item 6)** Maria Christina Félix - Fundacentro disse que foi indicada ainda em 2008 para coordenar o **Grupo de Trabalho Setorial Indústria da Construção Civil** porque coordena o projeto da Fundacentro para o setor em nível nacional; disse que em 2009 e 2010 cumpriram mais de 60% do projeto de trabalho que foi designado ao GTS; em 2011, tiveram dificuldades para reunirem o Grupo com regularidade, todavia considera que evoluíram em questões como a construção da discussão da CIPA e SESMT através do CPN, do fortalecimento dos CPR, encaminhamentos para a revisão das Recomendações Técnicas de Procedimento - RTP: contra quedas de altura, de elevadores, de armação de concreto e de andaimes; o SECONCI/RJ e Sebrae estão formando acordo para discutirem as questões de treinamento das micros e pequenas empresas, e assim que sair a revisão da Norma Regulamentadora de Gestão, o Grupo se reunirá novamente para novas discussões sobre CIPA e SESMT; Maria Christina relatou sobre a dificuldade de se reunirem com representantes que não são do estado do Rio de Janeiro e propôs o fortalecimento do GTS-ICC com maior participação das Bancadas. Carlos apresentou os encaminhamentos do **Grupo de Trabalho Setorial Transporte Rodoviário de Cargas**: a última reunião ocorreu em 24/07/12 com a participação de representantes do MS, MTE, FUNDACENTRO, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, NCST, Movimento União Brasil Caminhoneiro e CNT; o grupo remarcou o seminário/workshop de divulgação das atividades do GTS-TRC para o dia 03/10/12 com proposta de apresentação do tema "Casos concretos de acidente no TRC e correlação com jornada de trabalho", pelo MTE, e sugestão de apresentação da Lei n.º 12.619, de 30/04/12, pelo Coordenador do GTS e inclusão do Ministério Público do Trabalho como debatedor; será apresentada pelo MTE na próxima reunião as questões que estão sendo encontradas na fiscalização das empresas do transporte rodoviário de cargas secas, incluindo os fatores que podem ser causas de acidentes; também será pauta da próxima reunião a discussão frente à alteração dos artigos 143 e seguintes do Código Nacional de Trânsito (os quais versam sobre as categorias de habilitação), que está em discussão no Conselho Nacional de Trânsito, frente às proposições da Organização das Nações Unidas e internalizadas pelos países, inclusive o Brasil; e apresentação pelo MS do perfil dos acidentes de trabalho dos trabalhadores do TRC registrados no SINAN, 2007-2011; a próxima reunião será 18/09. **Item 7)** Sobre a

180 revisão dos Grupos de Trabalho Setoriais da CTSST, Rinaldo Marinho Costa Lima - MTE disse ser
181 perceptível que o GTS-TRC está com uma pauta bastante carregada, e no caso do GTS-ICC existem vários
182 outros foros no Governo que tratam da Construção Civil (como o Comitê Permanente Nacional da NR-18 e a
183 Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da
184 Construção), o que pode ter contribuído para que o Grupo não conseguisse desenvolver seus trabalhos
185 adequadamente; neste sentido, apresentou as seguintes propostas da Bancada de Governo: dissolução do
186 GTS-ICC; informes permanentes pelos membros da CTSST que tenham participação nesses outros foros
187 sobre o andamento dos trabalhos; e criação de um novo Grupo de Trabalho Setorial com foco nos
188 transtornos metais e comportamentais no mundo do trabalho. Maria Christina retomou a fala de
189 apresentação do GTS-ICC e disse que a CPN da Nr-18, por exemplo, foca nas discussões apenas da NR-18
190 (que trata da implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos,
191 nas condições e no meio ambiente de trabalho da Indústria da Construção) e consideram que existem muitos
192 outros assuntos a serem discutidos para a melhoria do setor. Clovis sugeriu que a CTSST seja um espaço
193 de discussão dos dados estatísticos de SST, que o Governo detem, com vistas a estudo de outros setores.
194 Foi **APROVADA** a permanência dos GTS existentes e constituição do terceiro Grupo que tratará dos
195 transtornos metais e comportamentais (com três representantes de cada Bancada, a exemplo dos outros
196 GTS); com relação ao GTS-ICC, foi proposto ao grupo trabalhar em propostas baseadas nas discussões dos
197 outros foros existentes. **Item 8)** Carlos disse que a revisão da Lista de Doenças Ocupacionais consta como
198 ação do PLANSAT e a última revisão da Lista foi feita por meio de portaria do MS, em 1999; diante disso
199 Carlos apresentou a proposta de uma nova revisão feita de forma conjunta com a CTSST, com participação
200 de peritos e técnicos indicados por Trabalhadores e Empregadores e coordenação do Professor René
201 Mendes, que esteve envolvido na discussão anterior. Cid disse que conversou com vários segmentos sobre
202 o assunto e com René Mendes que concordam com a necessidade legal, e em virtude do novo modelo de
203 perícia que esta sendo concluído, da revisão da Lista. Sem outras manifestações, seguiu-se para os
204 assuntos gerais. **Item 9)** Clovis quis saber sobre a Portaria Interministerial MPS/MTE/MS/MP nº 323,
205 publicada em 11/07/12, que institui Grupo de Trabalho responsável pela avaliação e proposição de Políticas
206 de Saúde e Segurança no Trabalho, e da Portaria MPS nº 353, de 01/08/2012, que designa seus membros
207 (dentre eles, membros da CTSST), pois considera que o que está sendo criado é uma “Comissão” da
208 Comissão. Cid respondeu que foi uma decisão entre Ministros, tendo sido designado como Coordenador do
209 Grupo o Secretário de Políticas de Previdência Social/MPS. Sobre o Grupo da CTSST que revisará a
210 Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT, Clovis perguntou se as indicações serão técnicas ou políticas,
211 pois verificará junto a sua Bancada qual será a melhor representação; e pediu esclarecimentos sobre a
212 Moção de apoio do Fórum Intersindical do Rio Grande do Sul. Rinaldo respondeu que o documento foi
213 escrito por um auditor-fiscal do trabalho e depois foi incorporado como sendo da Associação Gaúcha dos
214 Auditores-Fiscais do Trabalho - AGITRA, e agora o mesmo documento foi assinado por uma série de
215 entidades, sindicatos e Centrais Sindicais/RS; o documento apresenta algumas críticas à área de Segurança
216 e Saúde no Trabalho do MTE e relaciona isso a um possível comprometimento no desenvolvimento das
217 ações do PLANSAT; critica a Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP/MTE; sugere a criação de
218 outra comissão que não se restringisse apenas às Normas Regulamentadoras do MTE, mas que discutisse
219 toda a PNSST (papel já desempenhado pela CTSST); e critica a CTSST no sentido de insinuar que o que
220 ocorre é um “tripartismo de conveniência”; Rinaldo disse ficar, particularmente, preocupado com a circulação
221 desse tipo de manifestação e que disponibilizará o documento à Comissão, via Secretaria da CTSST,
222 também quis registrar o repúdio pessoal ao dito “tripartismo de conveniência”, pois afirmou que as

223 discussões tripartites que ocorrem na Comissão são sérias, com um histórico de resultados positivos, e que
224 não devem deixar que a falta de informação de alguns e críticas infundadas atrapalhem o bom andamento da
225 Comissão. Cid disse que o repúdio é da CTSST, por ofender a todos os membros que dela participam. Plínio
226 disse que não conhece o documento, mas que conhece algumas das atitudes controversas do referido
227 Fórum, na visão da CUT Nacional; disse que gostaria primeiramente de conhecer o documento para melhor
228 embasar o posicionamento da Bancada. Clovis sugeriu que o documento seja objeto de pauta da próxima
229 reunião da CTSST e em resposta ao Fórum, caso haja concordância, produzam um documento com a
230 assinatura de todas as Bancadas, pois afeta todo o trabalho que vem sendo realizado pela Comissão. Lino
231 pediu a palavra e disse que a reformulação do Estatuto da Fundacentro está em discussão, e que, após a
232 publicação, gostariam de pleitear um espaço na CTSST para apresentar o resultado. A próxima reunião da
233 Comissão será dia 08 de outubro/2012, em Brasília/DF. Sem outras manifestações, a reunião foi encerrada.